



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

FERNANDA BARBOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A REALIDADE DA
ESCOLA DO CAMPO**

**GUARABIRA
2018**

FERNANDA BARBOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A REALIDADE DA
ESCOLA DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso em
Pedagogia da Universidade Estadual
da Paraíba, apresentado como
requisito parcial à obtenção do título
de licenciada em Pedagogia. Área de
concentração: Educação do Campo.
Orientador: Livia Maria Serafim
Duarte Oliveira.

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Fernanda Barbosa da.
Educação do campo [manuscrito] : políticas educacionais e a realidade da escola do campo / Fernanda Barbosa da Silva. - 2018.
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira. , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação do Campo. 2. Políticas Educacionais. 3. Escola Pública do Campo.

21. ed. CDD 370.71

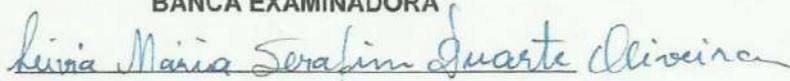
FERNANDA BARBOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A REALIDADE DA
ESCOLA DO CAMPO**

Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, Campus III – Guarabira, em
cumprimento às exigências necessárias
para obtenção do Grau de licenciada
em Pedagogia.

Aprovada em: 21/06/2018.

BANCA EXAMINADORA



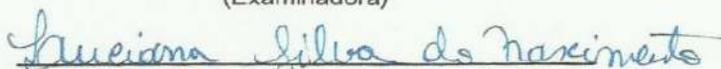
Prof.^a. Ms.^a. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira/UEPB

(Orientadora)



Prof.^o. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira/ UEPB

(Examinadora)



Prof.^a. Ms. Luciana Silva do Nascimento-UFPB

(Examinadora)

GUARABIRA – PB

2018

“Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo que lutam e acreditam no potencial transformador da educação.”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu força, coragem, sabedoria e que se fez presente nos momentos mais difíceis dessa longa caminhada sendo sempre o meu guia.

À minha família, fortaleza e incentivo de todos os dias, que me educaram a ser a pessoa que sou hoje e que estiveram presente durante toda minha jornada acadêmica. Orgulho-me em dizer que sou filha de agricultores.

Ao meu esposo Jair Rodrigues, por sempre está do meu lado me apoiando em todos os momentos.

A todos meus amigos, pela presença enriquecedora em minha vida.

A turma 2013.1 de Pedagogia pela relação de amizade construída ao longo desses quatro anos e por todos os momentos que passamos, sejam alegres ou difíceis, mas sempre estivemos de mãos dadas, caminhando juntas.

Aos professores do curso de Pedagogia da UEPB, que contribuíram para minha formação, enriquecendo a minha conduta enquanto pedagoga.

A minha orientadora a Prof^a Ms. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira por ter me aceito como orientanda e pela forma como conduziu o processo de construção deste trabalho.

A todos vocês, minha gratidão!

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo principal analisar a trajetória histórica das políticas educacionais desenvolvidas no campo e sua efetivação na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Pedro Franco, localizada no Sítio Taumatá, zona rural do município de Mari/PB. Esse recorte de pesquisa justifica-se pelo fato de residir nessa comunidade e ter uma relação de identidade e pertencimento com o lugar, bem como, ter a oportunidade de contribuir com a educação dessa unidade de ensino. Visando conduzir melhor o trabalho buscamos em um dos tipos da pesquisa qualitativa, a opção pela abordagem da pesquisa de campo o que contribuiu para nos aproximar do objeto de pesquisa, possibilitando assim um contato mais direto com a realidade pesquisada. Combinamos os seguintes instrumentos: observação e entrevista. Os resultados obtidos no trabalho nos mostraram as discussões pela Educação do Campo, como também, os desafios em busca de uma educação de qualidade no país em que ainda persistem as desigualdades quanto a essa população. Mesmo com todas as lutas dos Movimentos Sociais que contribuiu com mudanças significativas na Legislação Educacional (LDB, Diretrizes), que considere a importância dos trabalhadores rurais, ainda os governos não assumem na prática o cumprimento das determinações legais.

Palavras chave: Educação do Campo. Políticas Educacionais. Escola Pública do Campo.

LISTA DE ABREVIATURAS

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

ENERA – Encontro Nacional de Educadores (as) da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNB – Universidade de Brasília

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2. Caminhos percorrido na pesquisa.....	11
3. Apanhado histórico sobre as políticas educacionais para as escolas campo a partir dos anos 1990.....	13
4. Perfil da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Pedro Franco.....	19
5. A realidade da escola do campo.....	20
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
ABSTRACT.....	24
REFERÊNCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

A Educação do/no campo surge a partir da atuação da sociedade civil organizada, em especial, dos sujeitos sociais do campo pertencentes aos Movimentos Sociais Populares, que na defesa por políticas públicas buscaram destacar em suas ações, a educação como um direito. Uma educação que seja do campo e desenvolvida no campo, com um currículo específico, considerando aspectos da cultura e da identidade camponesa.

Se repararmos ao longo da história, até bem pouco tempo, as políticas educacionais direcionadas aos/as trabalhadores/as do campo se deu através de campanhas, projetos e/ou políticas compensatórias e descontínuas, sem considerar as formas de viver e conviver dos povos do campo, consistindo em um percentual elevado de pessoas excluídas, do processo educativo.

Entretanto, sabemos que não basta apenas assegurar na lei, é preciso que as políticas educacionais sejam de fato efetivadas. Não estamos falando apenas de ações e programas a serem desenvolvidos, sobretudo, de um direito negado historicamente aos camponeses.

Motivada por esses estudos e orientada por leituras firmadas nos debates do componente Curricular Educação do Campo, foi que essa temática de pesquisa foi se desenhando. Fomos percebendo as influências do sistema capitalista na vida de nós camponeses, as transformações com ele trazidas para as questões da terra e como essa perspectiva contribui na negação dos direitos fundamentais. (Re)conheço de perto essa realidade, por ser filha de agricultores e ter estudado na escola do campo e convivido com as dificuldades de uma camponesa chegar à Universidade, bem como, afirmar a sua identidade.

Para dar respostas a essas inquietações temos como objetivo principal analisar a trajetória histórica das políticas educacionais desenvolvidas no campo e sua efetivação na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Pedro Franco, localizada no Sítio Taumatá, zona rural do município de Mari/PB.

Tendo como objetivos específicos: Recuperar a trajetória histórica das políticas educacionais para as escolas do campo a partir dos anos 1990; Identificar o perfil da Escola Municipal Domingos Pedro Franco, Refletir sobre a prática de Educação do Campo no contexto da escola pesquisada.

Esse recorte de pesquisa justifica-se pelo fato de residir nessa comunidade e ter uma relação de identidade e pertencimento com o lugar, bem como, ter a oportunidade de contribuir com a educação dessa unidade de ensino.

Para a realização desse estudo, tivemos como principal aporte teórico as obras de: Godoy(1995), Teixeira(2002), Arroyo, Caldart e Molina(2004).

Com o intuito de delinear de forma nítida o caminho da compreensão textual acerca do tema, a pesquisa foi constituída das seguintes etapas: introdução, metodologia, recorte histórico das políticas educacionais para as escolas do campo a partir dos anos 1990, perfil da Escola Municipal Domingos Pedro Franco, realidade da escola do campo e considerações finais.

Caminhos percorridos da pesquisa

A opção por uma abordagem de pesquisa qualitativa se deu em função da nossa aproximação enquanto pesquisadora com o nosso objeto de estudo, uma vez que, nossa formação inicial se consolidou em uma escola do campo e esse fato vem nos instigando como pesquisadora a discutir essa temática e compreender com mais detalhes a realidade a ser pesquisada. De acordo com Godoy(1995, p.21):

Algumas características básicas identificam os estudos denominados "qualitativos". Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva de pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Dentre os diferentes tipos de pesquisa qualitativa, elegemos a pesquisa de campo que possibilita ao pesquisador a sistematização detalhada das informações sobre determinado fenômeno, descrevendo a realidade de forma completa e profunda. Segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

O recorte da pesquisa se deu na E.M.E.I.F Domingos Pedro Franco, localizada no Sítio Taumatá, zona rural do município de Mari-PB, dentre as 09 (nove) escolas situadas no município, por ser o local onde iniciamos nossa formação básica e também pelo fato das dificuldades de manutenção das escolas no campo na região.

Essa escola atende cerca de 100 educandos/as, nos três turnos: manhã, tarde e noite, oferece as modalidades de ensino Infantil, Fundamental anos iniciais e Educação de jovens e adultos. Os sujeitos envolvidos na escola são filhos e filhas de trabalhadores rurais, que tem como principal fonte de renda a agricultura.

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos, delimitamos como sujeitos a serem pesquisados: o gestor escolar, os professores e o coordenador das escolas do campo do município.

Para facilitar a coleta dos dados utilizamos como instrumentos a observação participante e a entrevista semi-estruturada. Entendendo que a observação participante é aquela em que o pesquisador é parte integrante do objeto de estudo, ele tem uma vivência de fato a realidade estudada. Que segundo Oliveira(2007, p.81):

Na observação participante, o pesquisador(a) deve interagir com o contexto pesquisado,[...]. Essa participação pode ser mais intensa quando o pesquisador(a) é parte integrante do grupo pesquisado, ou seja, quando se identifica com esse grupo pelo cotidiano da vida, das ações e aspirações.

Para subsidiar o momento da observação foi utilizado o diário de campo, instrumento que permite a sistematização detalhada da realidade observada. Também utilizamos na pesquisa, a entrevista semi-estruturada que possibilita uma maior flexibilidade durante a entrevista, bem como, gera uma conversa mais espontânea, permitindo assim, que os entrevistados tivessem toda liberdade para expressar suas opiniões. De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira datada no período de outubro do ano de 2017, na qual observamos a realidade pesquisada e entrevistamos os sujeitos da pesquisa e o segundo momento em março do ano de 2018, onde fizemos a atualização dos dados colhidos.

Políticas públicas e Educação do Campo: recorte histórico a partir dos anos 90

Antes mesmo de discutir sobre a trajetória das políticas públicas de Educação no Campo é oportuno destacar sobre o que significa uma política pública. Na visão de Teixeira (2002, p.2):

Políticas públicas" são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Contudo, não bastam apenas serem regulamentadas em leis, decretos, programas, é necessário que essas políticas sejam materializadas em condições objetivas para que possam ser de fato efetivadas.

No que diz respeito às políticas públicas educacionais, entende-se que são aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Segundo Colares (2005, p.1):

A política educacional está inserida no rol das chamadas políticas sociais formuladas e executadas pelos governos nacionais, tendo em vista minimizar a desigual distribuição de riqueza e de oportunidades nas sociedades resultantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Entretanto, a política educacional, do modo como é formulada e executada, na maioria das vezes, acontece sem continuidade, constitui um simples recurso de legitimação política, como um mero instrumento da classe dominante, determinado pela lógica da acumulação capitalista.

Nesse sentido, que a participação dos sujeitos sociais do campo, pertencentes aos Movimentos Sociais Populares, passaram a demarcar a atuação política em espaços públicos, na busca da efetivação de seus direitos.

Os enfrentamentos tomaram como sentido o campo, como um lugar de vida, com dinâmica própria de trabalho, de cultura, de lazer e de moradia considerando que estas questões estão diretamente relacionadas à situação educacional, por tanto, exigem políticas próprias e adequadas a esta realidade. Com o acúmulo desses processos, ampliou-se a luta e conquista por política social e pública de educação.

Embora saibamos que historicamente, as populações do campo têm ficado à margem da consolidação de uma política educacional específica, herança do descaso e da ausência de políticas públicas voltadas a esses sujeitos. Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004, p.10) "As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o campo ainda mais".

A partir dos anos 1990 surgem as reivindicações dos movimentos sociais do campo por políticas públicas, como também, por um tratamento diferenciado que atenda as necessidades dos sujeitos do campo, o qual se constitui como um espaço de vida, em que os trabalhadores/as lutam não só pela permanência na terra, mas que contemple as especificidades da educação.

Começou-se a se pensar numa resistência concreta constituída por meio de debates, conferências e fóruns que viessem a ser um espaço da sociedade civil em estar trocando experiências e buscando novas alternativas para os problemas mais agravantes do meio rural e da educação.

Nesse cenário, foi realizado o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), datado em julho de 1997, em Goiânia/GO, que teve a participação dos Movimentos Sociais, sindicais, educadores/as e da sociedade civil, foi o primeiro espaço de debates e articulações direcionadas a promoção de políticas públicas e educacionais para o campo. Nesse evento a pauta consistiu em debater sobre a questão conceitual do que seria uma política pública do campo. E segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004, p.16) defendem que:

Uma política pública que parta dos diferentes sujeitos do campo, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e de se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, [...] Fazer do povo do campo e dos seus processos de formação o ponto de partida para a formulação de políticas públicas educativas significa garantir o caráter popular destas políticas e sua articulação com um projeto de país e campo.

Desse encontro, deliberou a necessidade de organizar outros setores e instituições que atuassem no campo. Fruto de muitos debates nasceu a I Conferência Nacional “Por uma educação Básica do Campo” no ano de 1998, na cidade de Luziânia – GO. Evento promovido pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Universidade de Brasília (UNB). Ambas as entidades, reunidas com o propósito de promover e gerir ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional.

No documento final dessa conferência, os atores envolvidos após participarem de vários grupos de trabalho, durante 04 dias, ao final elencaram dez compromissos e desafios a serem concretizados ao retornarem as suas localidades, conforme Arroyo, Caldart e Molina (2004) são eles:

- 01.Vincular as práticas de Educação Básica do Campo com o processo de construção de um Projeto Popular de desenvolvimento nacional;
- 02.Propor e viver novos valores culturais;
- 03.Valorizar as culturas do campo;
- 04.Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à Educação Básica do Campo;
- 05.Lutar para que todo povo tenha acesso à alfabetização;
- 06.Formar educadores e educadoras do campo;
- 07.Produzir uma proposta de Educação Básica do Campo;
- 08.Envolver as comunidades neste processo;
- 09.Acreditar na nossa capacidade de construir o novo;
- 10.Implementar as propostas de ação desta Conferência.

Esse evento destacou como a consolidação e o envolvimento de diferentes instituições, entidades, movimentos sociais e das educadoras e educadores do campo na luta pelo direito à educação. Os compromissos firmados nele foram os primeiros passos para a concretização da educação como direito.

Com essas articulações e mobilização dos Movimentos Sociais, em particular, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1998

é criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Este programa tinha como proposta inicial alfabetizar e elevar o grau de escolaridade de jovens e adultos de assentamentos da reforma agrária, representando assim, um promissor instrumento contra o alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização no meio rural. Teve como principais colaboradores as Universidades e outros segmentos da sociedade civil que atuam na esfera rural como: Contag, CPT, MST e Sindicatos Rurais.

Dando sequência aos debates, foi realizada em Luziânia/GO no ano de 2004 a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, sob o tema "Por uma Política Pública de Educação do Campo". Foi um momento de reflexão sobre a conjuntura que o campo brasileiro vivenciava. Esse movimento envolveu um número maior de movimentos sociais, instituições e escolas envolvidas com a temática. Marcando então um novo momento de maior articulação dos movimentos sociais do campo entre si, bem como entre os povos do campo, em torno da luta pela garantia do direito a políticas públicas para o campo.

Nessa II Conferência o foco fundamental consistiu no debate sobre a identidade camponesa e a construção do currículo, das teorias conceituais sobre a Educação do Campo e as diferentes práticas educativas que desse conta de atender as necessidades e peculiaridades desses indivíduos, levando em consideração a diversidade e a identidade dos camponeses. As reivindicações expressas no documento final da II Conferência giraram entorno da garantia de direitos, aqui elencados:

1. Universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo a Educação Básica de qualidade social por meio de uma política pública permanente.
2. Ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior por meio de uma política pública permanente.
3. Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente.
4. Formação de profissionais para o trabalho no campo por meio de uma política pública específica e permanente.
5. Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos (2004).

Neste sentido, as reivindicações da II Conferência, descritos acima, estão em consonância com o momento histórico que a Educação do Campo

estava vivenciando. Era e é necessário garantir políticas públicas que reafirmem o novo modo de pensar e fazer educação do campo no Brasil.

No que diz respeito a parte burocrática, teve-se um importante avanço com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) nº 9.394/96, que apesar de ainda fazer referencia a uma educação rural, reconhece a necessidade de um modelo de ensino voltado para as especificidades do homem do campo. A LDB, em seu Art. 28, destaca que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
III- adequação à natureza do trabalho na zona rural;
(BRASIL, 1996).

Outro marco importante neste contexto refere-se as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo, assegurada pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002.

As Diretrizes são consideradas um marco referencial das políticas públicas, enquanto instrumento norteador para a constituição, implementação, operacionalização e avaliação de programas e projetos educativos para o campo. Segundo FERNANDES (2004, p.136) "A aprovação das Diretrizes representa um importante avanço na construção de um Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano".

Ações governamentais fortalecida pela atuação dos movimentos sociais, merece destacar a concretização do "Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo" (GPT- Campo), criado em 2003. Esse grupo era formado por representantes das diversas secretarias do MEC, por representantes de outros ministérios e por instituições da sociedade civil organizada. E em 2004, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC foi criada a Coordenação Geral de Educação do Campo, que tinha como objetivo promover e coordenar as discussões em torno da elaboração de uma política nacional de educação do campo.

Dando continuidade aos progressos da legislação, destacamos a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabeleceu as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Básica do Campo. Essa resolução compreende questões relevantes no tocante a efetivação das políticas educacionais no meio rural, como o tipo de ensino, oferta, competências, planejamento e transporte escolar.

Enfatizamos também o Decreto nº 7352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. A partir de então a Educação do Campo passou a ser reconhecida como Política Pública.

O referido Decreto, afirma o PRONERA enquanto programa que integra a política de educação do campo do país, e explicita, com maior detalhamento, seus objetivos, beneficiários, natureza dos projetos a serem apoiados, referências para a gestão do programa e fontes de financiamento, sendo por isso, considerado um passo muito importante em direção à consolidação do programa enquanto política pública.

No que diz respeito a Educação do Campo, o decreto em seu artigo 2º destaca como princípios dessa política:

- I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II - incentivo à formulação de projetos políticos-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

Contudo percebe-se que o surgimento dessas políticas tenham trazido visibilidade e promovido intervenções no cotidiano e na escolarização dos povos do campo, a realidade das escolas públicas do campo ainda é marcada por falta de recursos físicos, materiais, pedagógicos e do transporte escolar, além dessa condição, enfrentam a precariedade nos processos de formação continuada, entre outras dificuldades que impedem a concretização de uma educação de qualidade.

Perfil da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Pedro Franco

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Pedro Franco, está localizada no Sítio Taumatá, zona rural do município de Mari-PB. Foi a primeira escola a ser construída na zona rural do município, teve sua fundação no ano de 1985, e desde então atende os filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras da comunidade e sítios vizinhos.

A escola oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e Educação de Jovens e adultos, atende cerca de 100 educandos/as na faixa etária de 4 a 60anos de idade e funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite. Além disso, oferece programas do Mais Alfabetização e Mais Educação. Esses Programas são iniciativa do Governo Federal que tem como prioridade contribuir com a educação e formação integral das crianças, adolescentes e jovens.

Quanto a parte estrutural, a escola possui duas salas de aula, dois banheiros (um feminino e outro masculino), cozinha, depósito, secretária e um corredor que funciona como sala dos professores. A parte externa da instituição é um espaço pequeno e também o único lugar que as crianças tem para brincar no intervalo. De acordo com o Panorama de educação do campo,

“As escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infra-estrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas. Em termos dos recursos disponíveis, a situação das escolas da área rural ainda é bastante precária (2007.p 29)”.

Em relação ao aparato tecnológico, a instituição possui uma televisão, um aparelho DVD, um som, um computador e uma impressora.

No tocante ao corpo administrativo, trabalham na instituição onze funcionários, sendo: quatro professores, dois auxiliares de serviços gerais, um vigia, um gestor, um secretário escolar e um coordenador pedagógico. Todos são efetivos no município e residem na zona rural.

Um fato de destaque nesse espaço educacional é a ruptura com o ensino multisseriado, que é uns dos problemas que assolam as escolas do campo. No ano de 2017 a escola conseguiu vencer esse obstáculo, que também é meta para todas as escolas do campo do município.

Segundo Barros, Hage, Corrêa e Moraes:

Nas escolas multisseriadas, os estudantes têm pouco aproveitamento nos estudos e a repetência é motivada em grande medida pela dificuldade de apropriação da leitura e da escrita por parte dos estudantes. Os professores, por sua vez, em face do acúmulo de funções e tarefas, como também pela dificuldade para alfabetizar, têm pouca oportunidade de realizar o atendimento aos estudantes que não sabem ler e escrever e, ao mesmo tempo, se sentem pressionados pelas Secretarias de Educação a aprová-los no final do ano letivo, como forma de relativizar as alarmantes taxas de repetência e não correr o risco de reduzir os recursos financeiros para a educação (2010, p. 29).

Esse formato de sala gera uma certa dificuldade no desenvolvimento da aprendizagem e contribui para o fracasso escolar. Saber que o município preocupa-se com essa questão e visa a ruptura total desse modelo de ensino nos faz acreditar que quando se tem interesse, pode-se mudar uma realidade.

A realidade da escola do campo

Apesar de todos os avanços legais no que diz respeito a Educação do e no campo, ainda é observado uma grande ruptura entre o que está posto e o que realmente acontece nas escolas do campo. São problemas que perpetuam desde a parte física até a pedagógica.

Caldart (2003) sinaliza um caminho para pensar na definição de escola pública do campo. Para a autora, a escola do campo não é diferente, mas um espaço que reconhece seus sujeitos sociais e os incorpora, valorizando seus saberes, suas crenças, seu trabalho e sua cultura. Admitindo que esses sujeitos possam intervir e modificar as relações sociais de seu grupo.

No contexto da unidade de ensino pesquisada, a Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Pedro Franco a realidade é alarmante, pois temos uma escola rural que não desenvolve uma educação do campo, ela assume uma extensão das unidades de ensino urbanas.

Ao começar pelo corpo docente da instituição, no qual, todos possuem curso superior em Pedagogia, entretanto, alegaram que não tiveram acesso a nenhum tipo de formação direcionada a Educação do Campo. Nem durante a graduação e nem como formação continuada oferecida pelo município.

Evidenciando assim, que a prática de formação desses educadores não está sendo efetivada como deveria ser. Uma vez, que todo profissional da área educacional precisa ter uma formação para subsidia-los em sua prática educativa.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu art. 12, parágrafo único, destaca que:

“Os sistemas de ensino, de acordo com o art. 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes”.

Os educadores do campo devem ter uma formação específica para atender as necessidades dos povos camponeses, respeitando suas especificidades.

No tocante ao PPP da escola, o mesmo encontra-se desatualizado, porém em seu texto faz menção a uma educação do campo, enaltecendo a importância de se trabalhar de acordo com a realidade da escola e em parceria com a comunidade.

Um ponto de destaque positivo é questão do material didático trabalhado na escola. O livro é distribuído pelo Ministério da Educação para todo o país por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para escolas rurais que participam do Programa Nacional do Livro Didático do Campo. O mesmo é bem ilustrado com imagens que fazem referência ao campo; tem uma linguagem simples e clara para que os educandos entendam da melhor forma possível.

Outro detalhe, que devemos atentar é para o uso das tecnologias que ainda não fazem parte do ambiente escolar na zona rural. Podemos perceber que na unidade de ensino quanto aos recursos precisa ser melhorado e isso é um dos grandes problemas enfrentados não só por essa instituição, mas pela maioria das escolas rurais brasileiras.

Em relação a merenda escolar, fardamento e transporte, a escola não deixa a desejar. Todos os alunos receberam fardamento no início do ano letivo, a merenda é de boa qualidade e contempla a agricultura familiar e o transporte é de boas condições. Todos esses custeados pela secretária de Educação do município.

Diante da pesquisa na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Pedro Franco, foi possível constatar que a mesma enfrenta dificuldades no tocante a realização de uma educação do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo, defendida pelos movimentos sociais organizados, é processo formativo humanizador e emancipador, pautado na materialidade de vida dos trabalhadores do campo, nas questões do trabalho e da cultura. Por isso, é necessário contextualizar a escola, e não tomá-la como objeto de análise isolado. Cabe pensar até que ponto as políticas públicas traduzem essa concepção de educação do campo e têm produzido seus efeitos em termos da organização e do funcionamento das escolas do campo.

O resultado desta pesquisa nos mostrou as discussões pela Educação do Campo, como também, os desafios em busca de uma educação de qualidade no país em que ainda persistem as desigualdades quanto a essa população. Mesmo com todas as lutas dos Movimentos Sociais que contribuiu com mudanças significativas na Legislação Educacional (LDB, Diretrizes), que considere a importância dos trabalhadores rurais, ainda os governos não assume na prática o cumprimento das determinações legais.

Um primeiro desafio por uma educação básica no campo é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nessa oferta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, mas sobre tudo deve ser uma educação no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais justa, plena e feliz.

Por acreditar no poder transformador da educação, continuarei a luta por uma educação do e no campo, uma educação que de fato venha a respeitar e valorizar a cultura camponesa. Esse estudo, além de responder a algumas inquietações, provocou ainda mais a minha sede por uma sociedade mais justa e igualitária.

ABSTRACT

This study had as main objective to analyze the historical trajectory of the educational policies developed in the field and its effectiveness in the Domingos Pedro Franco Municipal School of Elementary and Secondary Education, located in Taumatá Site, rural area of the municipality of Mari / PB. This research cut is justified by the fact that it resides in this community and has a relation of identity and belonging to the place, as well as having the opportunity to contribute with the education of this unit of education. In order to better conduct the work, we searched for one of the types of qualitative research, the option for the methodological approach of the case study which contributed to bring us closer to the object of research, thus enabling a more direct contact with the researched reality. We combine the following instruments: observation and interview. The results obtained in the work showed us the discussions by the Field Education, as well as the challenges in search of a quality education in the country in which the inequalities still persist regarding this population. Even with all the struggles of Social Movements that have contributed to significant changes in Educational Legislation (LDB, Guidelines), which considers the importance of rural workers, governments still do not in practice comply with legal requirements.

Keywords: Field Education. Educational Policies. Public School of the Field.

REFERÊNCIAS

BARROS, Oscar Ferreira; HAGE, Salomão Mufarrej; CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; MORAES, Edel. Retratos de realidade das escolas do campo: multissérie, precarização, diversidade e perspectivas. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Carrinhos da Educação do Campo; 2)

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 9394/96, MEC, 1996.

CALDART, Roseli Salette. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003.

CALDART, Roseli Salette. Elementos para construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma educação do Campo". 2004.

Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução CNE/CEB Nº1 – de 3 de abril de 2002.

FERNANES, Bernardo Maçano; MOLINA, Castagna Monica. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Castagna Monica; JESUS, Sonia Meire Azevedo de. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo". 2004.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.3, p. 20-29, abril 1995.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

MOLINA, M.C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. Luziânia, GO, 2 a 6 de agosto de 2004.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Panorama da Educação no Campo. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

TEIXEIRA, E.C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**,2002. Disponível em: <http://pt.cribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas>. Acesso em:04/03/2018.